

Ex.mos Srs.,

Dado que circulam informações que carecem de correção, vem por este meio a FPS esclarecer alguns pontos relativamente à formação de treinadores e ao registo das Escolas de Surf.

A formação de treinadores (Programa Nacional de Formação de Treinadores- PNFT) tem a informação presente no site do Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ) (<http://www.idesporto.pt/conteudo.aspx?id=117&idMenu=53>)

- A Lei n.º 40/2012 define o regime de acesso e do exercício da atividade de treinador/a de desporto, desde 28 de agosto de 2012;
- A partir dessa data foi considerado pelo IPDJ, um período transitório, para permitir a todos os treinadores, que já exerciam a atividade, pudessem regularizar a sua situação; à data foi permitida, aos que já tinham os graus de treinador, dos cursos anteriores a 2012, a equivalência para os novos graus; houve um curso complementar, conduzido pela FPS, para atribuição de alguns graus II e grau III (os únicos existentes no surf); e para alguns casos foi permitida a apresentação curricular para atribuição direta do grau solicitado;
- Este processo foi conduzido, na FPS, pela direção anterior da FPS;
- Grande número de treinadores regularizou a sua situação atempadamente, mas alguns deixaram passar os prazos (até final de 2013), não permitindo o IPDJ alargar essa situação transitória;
- O primeiro período transitório apresentado pelo IPDJ terminou em 2013 e a partir dessa data foi implementado o novo PNFT, com o primeiro curso de Grau I Surfing, realizado em 2014 (realizados 4 até ao momento), e o primeiro de Grau II Surf, realizado em 2017 (realizados 3 até ao momento);
- O grau I inclui todas as disciplinas da FPS e depois no Grau II é feita a especialização, com um curso dedicado a cada uma delas; Além do curso de Grau II Surf (que inclui o shortboard e o longboard), está em preparação o Grau II Bodyboard e o Grau II SUP; Estes últimos ainda não foram aprovados pelo IPDJ;
- Após a aprovação dos referenciais de formação, propostos pela FPS, por parte do IPDJ, passou a ser possível às entidades privadas, realizarem o mesmo curso da FPS, desde que cumprissem os critérios impostos pelo IPDJ; já foram realizados vários cursos de grau I Surfing, por parte de outras entidades;
- Até ao momento só a FPS realizou o curso de Grau II surf, mas nenhum teve a sua ocupação máxima de 30 alunos;
- Além da frequência dos cursos também era possível a atribuição dos grau de treinador, através do reconhecimento de competências (RVCC) desde que os referenciais fossem aprovados; a FPS iniciou este processo, mas por falha nas orientações dadas pelo IPDJ, os primeiros documentos foram recusados; sem o funcionamento dos cursos de grau III, também não era permitido a atribuição da CTD através de RVCC; no meio destes avanços e recuos, optou a FPS por fazer aprovar a totalidade dos cursos e depois o RVCC;
- Em Setembro de 2019 surge a Lei n.º 106/2019 que é a primeira alteração à Lei n.º 40/2012; Para a sua implementação, entra em vigor um novo período transitório, visto que os cursos vão ser reformulados, sendo a primeira alteração, a redução ligeira do número de horas de cada curso; Os cursos anteriores perdem validade e não podem ser lecionados este ano, sendo o mês de março a referência para aprovação dos novos referenciais;
- A partir de Março de 2020 devem surgir os novos regulamentos de formação, por parte do IPDJ, e devem ser aprovados os novos referenciais de formação da FPS, o que permitirá a realização dos novos cursos, e a atribuição de cédulas através do Reconhecimento de Competências Profissionais e Académicas (RCPA) em vez do RVCC, mas o mesmo ainda



carece de regulamentação; Até que sejam feitas estas alterações, estará ativo o período transitório, que enquadra atualmente a inscrição das escolas de surf na FPS;

O registo das escolas de surf:

- A identificação e as funções do treinador estão bem definidas na Lei n.º 40/2012: “A atividade de treinador de desporto, para efeitos da presente lei, compreende o treino e a orientação competitiva de praticantes desportivos, **bem como o enquadramento técnico de uma atividade desportiva**, exercida:

- a) Como profissão exclusiva ou principal, auferindo por via dela uma remuneração;
- b) De forma habitual, sazonal ou ocasional, independentemente de auferir uma remuneração.”

O enquadramento técnico de uma atividade desportiva, corresponde às aulas de surf, que ocorrem ocasionalmente (na iniciação ou no vulgar batismo de surf);

- É a partir desta lei que fica justificada a necessidade de uma escola de surf ter treinadores de Grau I e um coordenador com Grau II; Isto é claro porque para o Grau I é autorizada a coadjuvação na condução do treino (aula) enquanto para o Grau II já é permitida a coordenação e supervisão de uma equipa de treinadores de Grau I ou Grau II (o que acontece na, quase, totalidade das escolas de surf em funcionamento);
- O primeiro período transitório apresentado pelo IPDJ terminou em 2013 e por isso a regra da identificação de um responsável técnico com a CTD Grau II, para a inscrição das escolas de surf na FPS, entrou em vigor em 2014;
- Em 2014, a FPS apresentou um novo período transitório, dado que existiam poucos treinadores com grau II, e muitas escolas já estavam em funcionamento antes da aprovação da lei; essas mesmas escolas mantiveram a possibilidade de se inscreverem com as condições anteriores à lei;
- Na Lei n.º 106/2019, as funções são em tudo idênticas: O grau I corresponde à base hierárquica e permite orientar praticantes nas etapas iniciais (agora deixa de necessitar de supervisão) e o grau II permite coordenar equipas técnicas de profissionais em níveis de prática associados aos graus I e II;
- A fiscalização do cumprimento da presente lei compete à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) e à FPS durante as competições; Constitui contraordenação, para efeitos do disposto na presente lei: “artigo 19º b) A autorização para o treino de praticantes desportivos ou para o ensino, animação e enquadramento técnico de uma atividade desportiva, sem prejuízo do disposto no artigo 2.º -A, por parte de federações desportivas titulares do estatuto de utilidade pública desportiva, ligas profissionais, entidades prestadoras de serviços desportivos, associações promotoras de desporto, ou quaisquer entidades, públicas ou privadas, de quem não seja titular do respetivo título profissional ou não opere em território nacional nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 5.º ”
- Até 2019 (e certamente em 2020), as diferentes capitánias foram apresentando regras, para atribuição das licenças às escolas de surf, que permitiam operar nas praias da sua jurisdição; estas regras são diferentes, em função da autoridade e da autonomia das capitánias e de acordo com os problemas identificados pelos diferentes capitães de porto; A FPS colaborou em alguns casos, para encontrar o melhor enquadramento das situações assinaladas, mas é alheia às decisões de cada uma das capitánias;



#### Comunicação com outras entidades:

Desde 2014, a FPS e a sua direção técnica tiveram reuniões, com diferentes entidades, procurando encontrar entendimentos e propostas viáveis, para enquadrar as disciplinas do Surfing, desde os praticantes (competição ou laser), às escolas e clubes, bem como relativamente aos treinadores.

- Reunimos inúmeras vezes com a Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM) e algumas capitânias, com o Turismo de Portugal, com a Associação Portuguesa de Empresas de Congressos, Animação Turística e Eventos (APECATE), com a ASAE e com o IPDJ. Os temas (regras de atribuição licenças, taxas, Cédula de treinador, requisitos mínimos, ...) foram abordados individualmente ou em reuniões conjuntas, sendo claro que estavam identificados os pontos prioritários, com algumas propostas de implementação/solução apresentadas, às quais se associava a necessidade de criar um grupo de trabalho, que necessitaria de verbas, para apresentar uma proposta final. Infelizmente tal não aconteceu até à data, mas não pode ser considerada como uma situação de inatividade.
- Verificando esta situação de impasse, em 2017, a FPS solicitou audiência aos diferentes grupos parlamentares, com assento na assembleia da república, que culminou com a Audiência Parlamentar Nº 34-CCCJD-XIII, a 2017-06-28, com a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, para apresentação do projeto e dos objetivos da Federação. Nesta audiência foram apresentados e documentados, como se pode confirmar no [link \(https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleAudiencia.aspx?BID=105498\)](https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleAudiencia.aspx?BID=105498), os seguintes tópicos: Projeto Surfing Portugal; O Surf em Portugal - Preocupações e Propostas 2017; Projeto de Certificação de Qualidade para Escolas de Surf; Projeto de Classificação e Segurança nas Praias; Projeto de Legalização e Registo Único das Escolas de Surf e Empresas de Animação Turística.

#### Regulamento de Escolas de Surf:

O actual regulamento de Escolas (2005) encontra-se em vigor e está nesta altura a ser revisto e modernizado, sendo previsível a sua publicação ainda no primeiro quadrimestre de 2020.

#### Informações vinculadas pela Associação de Escolas de Surf de Portugal (AESDP):

- Desde a sua fundação, no final de 2017, a AESDP, tem feito uma campanha, em público e junto de algumas das instituições, já mencionadas, incorrendo em informações mal fundamentadas ou feridas de legalidade, tendo como referência o acima exposto;
- De uma forma preocupante a AESDP, procura influenciar as diferentes entidades e os responsáveis de algumas escolas de surf, sobrepondo-se às funções da FPS, que é a única entidade reconhecida em Portugal para "Promover, regulamentar e dirigir a prática desportiva do surf, nomeadamente nas modalidades de Surf, Bodyboard, Bodysurfing, Longboard, Skimboard, Kneeboard, Tow-in/out e Stand Up Paddle (SUP)" tal como consta nos seus estatutos e onde se inclui o plano de desenvolvimento a longo prazo (onde está incluída a iniciação da prática do surfing, normalmente da responsabilidade das escolas de surf), bem como a formação de treinadores (os referenciais de formação são da responsabilidade da FPS e qualquer formação em Portugal é obrigada a seguir os mesmos, para que possa atribuir os graus das cédulas de treinador);
- Procurando ser uma associação representativa de classe, a AESDP, ainda não apresentou formalmente, qualquer problema identificado, e associado a uma proposta construtiva e exequível, de forma a facilitar a sua resolução por parte da FPS; algumas das propostas

apresentadas publicamente, correspondem em parte, aos conteúdos das propostas apresentadas pela FPS na audiência parlamentar na AR;

- Atualmente a AESDP está a efetuar um questionário ferido de qualidade, em virtude de as questões induzirem as respostas, e terem em muitas delas como alvo a FPS e não os supostos problemas a serem tratados pela FPS.

Assim relativamente à formação de treinadores, reforçamos que estamos novamente num período transitório, com uma pausa imposta pelo IPDJ, que se espera curta, para reformulação dos referenciais dos cursos de treinadores e do RCPA, que só poderá vigorar após a aprovação dos cursos.

A necessidade de ter cédula de treinador para exercer, qualquer atividade pratica no surfing, está justificada junto das diferentes entidades, e a exigência do treinador de grau II para coordenar uma escola de surf, mantém-se desde 2014, mas só será aplicável quando os novos cursos surgirem.

Os restantes pontos relativamente às licenças disponibilizadas pelas capitánias, continuam em conversação e dependem dos anteriores, e a FPS continua disponível para colaborar.

As intervenções da AESDP carecem de fundamento, para não serem um mero exercício de ataque à FPS, e todos os problemas detetados devem chegar formalmente à FPS, implicando a existência de um enquadramento legal, que possibilite a solução dos mesmos.

A Direção

